

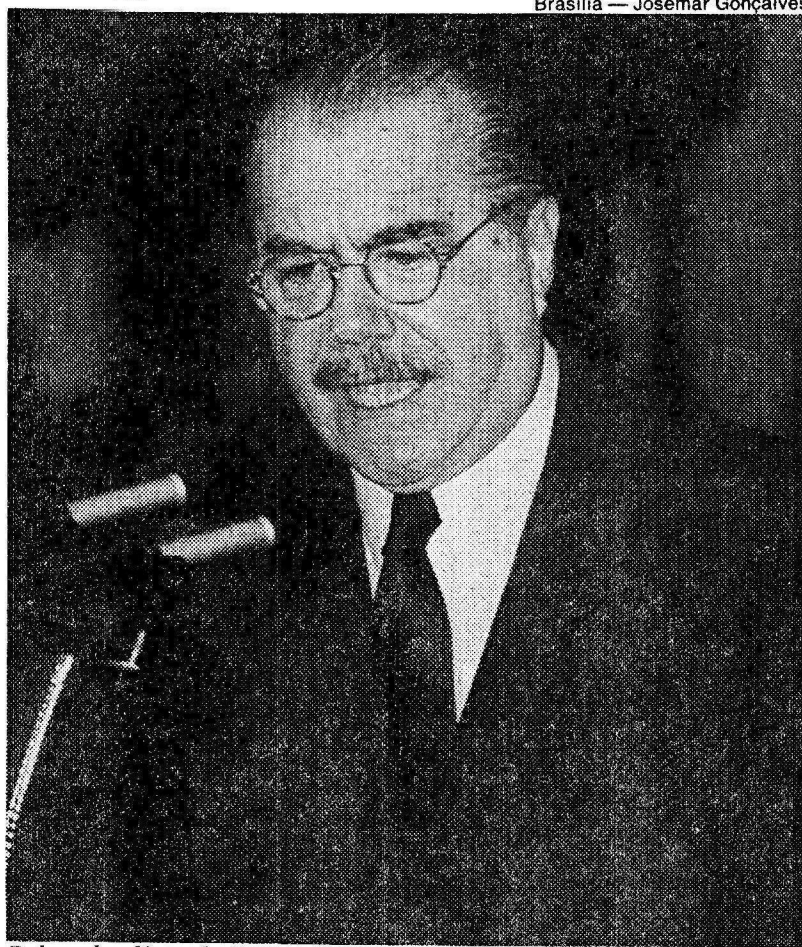
Senado apressa votações e garante as férias

■ Sarney divulga calendário apertado para as reformas

BRASÍLIA — Para garantir as férias e o recesso parlamentar a partir de 1º de julho, o Senado vai apressar a votação das reformas constitucionais, atropelando prazos e desestimulando a aceitação de emendas. Até o próximo dia 30, quatro das cinco emendas constitucionais ao capítulo da Ordem Econômica serão votadas em primeiro e segundo turnos. Um calendário acelerando as votações da quebra dos monopólios do gás canalizado e das telecomunicações, abertura na navegação de cabotagem e fim das diferenças entre as empresas nacionais e estrangeiras foi divulgado ontem, pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

O calendário prevê que a emenda do petróleo será votada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado no dia 27 deste mês, mas o exame em plenário ficará para agosto. A emenda das telecomunicações terá seu parecer apresentado pelo relator Francelino Pereira (PFL-MG) no próximo dia 14. A votação em plenário acontecerá dia 21, e, em segundo turno, no dia 23. Haverá um requerimento das lideranças do governo para que as emendas oferecidas em plenário não necessitem voltar à Comissão de Constituição e Justiça para novo exame e parecer.

Plenário — A primeira votação no plenário já está marcada para a próxima quarta-feira. A emenda que acaba com o monopólio dos estados na distribuição do gás canalizado preservou intacto o texto da Câmara e não provoca polêmica. As oposições reapresentarão em plenário a emenda que cria o Conselho de Usuários para fiscalizar os serviços.



Brasília — Josemar Gonçalves

Pelo calendário de Sarney, só votação do petróleo ficará para agosto

Para apressar as votações, Sarney decidiu realizar um superesforço concentrado no Senado. A Comissão de Constituição e Justiça funcionará em esquema de prontidão. Foram convocadas sessões extraordinárias da comissão para as próximas terça, quarta e quinta feiras. Na terça, serão votados, de uma só vez, os relatórios dos senadores Ramez Tebet (PMDB-GO), que mantém o texto da Câmara — acabando com as diferenças entre empresas nacionais e estrangeiras —, e do senador Jefferson Peres (PSDB-GO), que permite o ingresso de empresas estrangeiras na exploração da navegação de cabotagem (entre portos do país).

Os dois senadores fizeram apenas uma mesma mudança de reda-

ção em seus relatórios. Deslocaram do texto permanente da Constituição para o capítulo das Disposições Gerais o artigo que impede a regulamentação do texto por medida provisória. “É problema de técnica legislativa”, alegaram Tebet e Peres. “Não será preciso voltar à Câmara”, esclareceu Peres. Na Câmara, a mudança foi vista como prejudicial à técnica legislativa, mas sem necessidade de retorno.

A reunião que acertou o novo calendário para votação das reformas foi realizada ontem, entre os líderes dos partidos aliados do governo — PMDB, PSDB e PFL — com Sarney e o líder do governo, Elcio Álvares (PFL-ES). “Vamos aproveitar os ventos favoráveis”, defendeu o líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE).

PT tenta limitar o uso de MPs

SÔNIA CARNEIRO

BRASÍLIA — O PT pretende aproveitar a votação das emendas da reforma econômica no Senado para proibir a edição de medidas provisórias (MPs) na regulamentação de alterações feitas na Constituição. Pelo texto aprovado na Câmara dos Deputados, o uso de MPs foi vedado somente para regulamentar as emendas a serem promulgadas este ano, na reforma proposta pelo governo.

A emenda que proíbe o uso de MPs para regulamentar artigo constitucional foi apresentada ontem pelo senador Lauro Campos (PT-DF). Os petistas querem, ainda, estabelecer que a regulamentação só poderá ser feita por lei complementar e pretendem restabelecer os privilégios para as empresas nacionais, derrubados pela Câmara.

Já foram rejeitadas as 14 alterações apresentadas por senadores às três emendas aprovadas pela Câ-

mara: abertura do monopólio dos estados na distribuição de gás canalizado, igualdade de tratamento a empresas nacionais e estrangeiras e fim da reserva de mercado na navegação de cabotagem (entre portos brasileiros). A maioria das emendas foi apresentada pelo PT e pelo PDT.

Alternativas — “Se não temos número para vencer, vamos tentar apresentar propostas alternativas ou que já sejam de consenso da maioria”, disse o senador Lauro Campos. Ao contrário do comportamento que teve na Câmara, o PT decidiu apresentar emendas a todas as propostas em exame no Senado.

O PT quer mudar o relatório do senador Jefferson Peres (PSDB-AM), que ratifica a abertura da navegação de cabotagem a empresas estrangeiras, acrescentando privilégios a embarcações de bandeira nacional. Lauro Campos também propõe emenda exigindo lei com-

plementar para estabelecer as condições em que as embarcações estrangeiras poderão operar.

Quanto à empresa nacional, o PT tentará restabelecer privilégios suprimidos pela Câmara. Uma das propostas é restringir a pesquisa e lavra de recursos minerais a empresas autorizadas pela União e constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no país.

Em outra emenda, o PT tentará garantir tratamento preferencial às empresas nacionais nas concorrências públicas, além de proteção e benefícios especiais para empresas com participação majoritária de pessoas físicas residentes no país.

As emendas do PDT foram apresentadas pela senadora Júnia Marise (MG). As propostas prevêm a exigência de lei complementar para regulamentação das reformas e convocação de plebiscito para referendar as mudanças na Constituição.